

ATO DE SANÇÃO Nº 020/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUTÓIA, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43 da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE TUTÓIA APROVOU** e eu **SANCIONO**, **integralmente**, o Projeto de Lei nº 019/2025, de 28 de agosto de 2025, "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de TUTOIA, para o exercício financeiro de 2026".

RESOLVE:

Art. 1º. Pelo presente ato, sanciona a LEI MUNICIPAL Nº 384, DE 01 DE OUTUBRO DE 2025, aprovado na Câmara Municipal de Tutóia (MA) em 22 de setembro de 2025 que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de TUTOIA, para o exercício financeiro de 2026".

Art. 2°. Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TUTOIA, Estado do Maranhão, 87º Emancipação do Município, aos 01 dias do mês de outubro de 2025.

FRANCISCO CARDOSO RODRIGUES

Prefeite Municipal de Tutoia-MA



LEI MUNICIPAL N° 384, DE 01 DE OUTUBRO DE 2025

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município

de TUTOIA , para o exercício financeiro de

2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUTOIA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas

atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Poder Executivo Municipal

sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2026 no

montante de R\$ 301.735.410,66 (trezentos e um milhões, setecentos e trinta e cinco mil,

quatrocentos e dez reais e sessenta e seis centavos) e fixa a Despesa em igual valor,

compreendendo, nos termos do art. 165, § 5^o, da Constituição da República Federativa do

Brasil, art. 173, inciso III, da Lei Orgânica do Município TUTOIA e da Lei nº 370, de 20 de maio

de 2025, que define as Diretrizes Orçamentárias do Município de TUTOIA para o ano de

2026:

I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e

entidades da Administração Municipal direta e indireta;

Praça Getúlio Vargas, nº61, Centro - CEP: 65.580-000 Tutoia - MA

Declaro que este ato administrativo fora devidamente publicado no átrio desta Prefeitura em mural, local de grande circulação. Conforme decisão do STJ que segue: - AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL: Agint no REsp 1571054 MA 2015/0291927-7 e TJMA: TJ-MA - Apelação: APL 355262012 MA 0000051-37.2012.8.10.0066.

Pág.

 II— o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades, fundos e órgãos da administração direta e indireta a ele vinculados;

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SEÇÃO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2°. A Receita total foi estimada em R\$ 301.735.410,66 para os Orçamentos

Fiscal e da Seguridade Social, assim distribuída:

| DESCRIÇÃO DA RECEITA | VALOR |
|------------------------------|----------------|
| RECEITAS CORRENTES | 304.348.310,20 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE | -13.652.714,54 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 11.039.815,00 |
| TOTAL GERAL | 301.735.410,66 |

Parágrafo único: As receitas estimadas para o exercício 2026 estão previstas por fonte de origem de recurso, que se constituem de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias, não havendo porém, vedação a substituição, inclusão ou alteração de fonte de recursos durante a execução orçamentária, que deverá ser processada através de Decreto do Executivo.



SEÇÃO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3°. A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 301.735.410,66(trezentos e um milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e seis centavos), com o seguinte desdobramento:

I—no Orçamento Fiscal, em R\$ 232.638.488,98 (duzentos e trinta e dois milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos);

II —no Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 69.096.921,68 (sessenta e nove milhões, noventa e seis mil, novecentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos);

SEÇÃO III

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 4º. A Despesa fixada, à conta de recursos previstos neste Título, observada a programação constante do Detalhamento das Ações, em anexo, apresenta, por unidade orçamentária, o seguinte desdobramento de que trata o quadro a seguir, que integra esta Lei.

| DESCRIÇÃO DO ORGÃO | FISCAL | SEGURIDADE | TOTAL |
|---|---------------|------------|---------------|
| Câmara Municipal | 5.598.750,52 | 0,00 | 5.598.750,52 |
| Gabinete do Prefeito | 2.658.154,00 | 0,00 | 2.658.154,00 |
| Sec. Mun. de Adm. Gestão e Planejamento | 19.676.626,35 | 0,00 | 19.676.626,35 |
| Sec. Mun. de Fazenda, Patrimônio e Finanças | 8.043.548,00 | 0,00 | 8.043.548,00 |
| Sec. Mun. de Educação | 348.645,00 | 0,00 | 348.645,00 |
| Sec. Mun. de Saúde | 0,00 | 316.950,00 | 316.950,00 |
| Sec. Mun. de Assistência Social | 0,00 | 437.391,00 | 437.391,00 |
| Sec. Mun. de Meio Ambiente e Des. Suste. | 736.380,50 | 0,00 | 736.380,50 |

Praça Getúlio Vargas, nº61, Centro – CEP: 65.580-000 Tutoia - MA Declaro que este ato administrativo fora devidamente publicado no átrio desta Prefeitura em mural, local de grande circulação.

Conforme decisão do STJ que segue: - AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL: Agint no REsp 1571054 MA 2015/0291927-7

e TJMA: TJ-MA - Apelação: APL 355262012 MA 0000051-37.2012.8.10.0066.



| | 1 | | |
|---|---------------|---------------|-----------------------------|
| Sec. Mun. de Obras e Infraestrutura | 17.931.641,01 | 0,00 | 17.931.641,01 |
| Sec. Mun. de Cultura | 4.921.290,50 | 0,00 | 4.921.290,50 |
| Sec. Mun. de Agricultura | 1.571.015,51 | 0,00 | 1.571.015,51 |
| Sec. Mun. de Turismo | 1.074.460,50 | 0,00 | 1.0 <mark>7</mark> 4.460,50 |
| Sec. Mun. de Pesca e Aquicultura | 281.029,00 | 0,00 | 2 <mark>81.0</mark> 29,00 |
| Fundo Manut. Desenv. Educ. Bás. FUNDEB | 132.923.547,5 | 0,00 | 132.923.547,50 |
| | 0 | | |
| Fundo Municipal de Educação-FME | 29.473.689,43 | 0,00 | 29.473.689,43 |
| Fundo Municipal de Saúde | 0,00 | 64.449.153,24 | 64.449.153,24 |
| Fundo Municipal de Assistência Social | 741.550,00 | 3.893.427,44 | 4.634.977,44 |
| Sec. Mun. de Juventude | 255.678,24 | 0,00 | 255.678,24 |
| Sec. Mun. de Segurança Pública | 1.736.840,74 | 0,00 | 1.736.840,74 |
| Sec. Mun. de Esporte e Lazer | 901.137,74 | 0,00 | 901.137,74 |
| Sec. Mun. de Articulação Política | 210.678,24 | 0,00 | 210.678,24 |
| Sec. Mun. da Mulher | 435.678,24 | 0,00 | 435.678,24 |
| Sec. Mun. dos Direitos Humanos e Igualdade | 185.678,24 | 0,00 | 1 <mark>85</mark> .678,24 |
| Sec. Mun. da Indústria e Comércio | 165.678,24 | 0,00 | 165.678,24 |
| Fundo Mun. de Meio Ambiente | 75.000,00 | 0,00 | 75.000,00 |
| Secretaria Mun. de Tecnologia da Informação | 259.130,24 | 0,00 | 259.130,24 |
| e Comunicação | | | To the same |
| Sec. Mun. de Agricultura Familiar | 251.034,24 | 0,00 | 251.034,24 |
| Procuradoria Geral do Município | 483.877,00 | 0,00 | 483.877,00 |
| Reserva de Contingência | 1.697.750,00 | 0,00 | 1.697.750,00 |
| TOTAL GERAL | 232.638.488,9 | 69.096.921,68 | 301.735.410,66 |
| | 8 | | |
| | | | |

SEÇÃO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 5º. A inclusão ou alteração de categoria econômica e grupo de despesa em projeto, atividade ou operação especial, constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, será feita mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo.



Art. 6º. Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:

I — até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de atender a insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, mediante a utilização de recursos provenientes:

- a) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, §
 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
 - b) da Reserva de Contingência;

II — da incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1^O, inciso I, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964;

III — da incorporação de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7°. Não será contabilizado para efeitos do limite autorizado no art. 6°, inciso I, desta Lei, quando o crédito se destinar a:

 I — atender à insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesa consignada ao mesmo grupo;

II — atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais,
 mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTÓIA

ESTADO DO MARANHÃO GABINETE DO PREFEITO

III — atender às despesas financiadas com recursos vinculados a operações de

crédito e convênios;

IV — para a incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial

do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1°, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março

de 1964;

V— incorporar excesso de arrecadaçã<mark>o, nos te</mark>rmos do art. 43, § 1⁰, inciso II, da Lei

Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 8°. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por

antecipação da receita, até o limite previsto no inciso III do art. 167 da Constituição da

República Federativa do Brasil de 1988 e observado o disposto no art. 38 da Lei

Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), podendo

oferecer, em garantia, parcelas de Recursos do Tesouro Municipal.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Praça Getúlio Vargas, nº61, Centro – CEP: 65.580-000 Tutoia - MA

Pág.



Art. 9°. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito, para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantias do Tesouro Nacional para a realização desses financiamentos.

Art. 10°. Ficam incorporadas ao Plano Plurianual 2026-2029 as alterações dos títulos descritores dos Programas e Ações, assim como as novas Ações Orçamentárias criadas nesta Lei.

Art. 11°. Integram esta Lei os seguintes Anexos:

- 01— Demonstrativo da receita e da Despesa segunda Categorias Econômicas;
- 02 a Receitas segundo categorias econômicas;
- 02 b Consolidação geral por natureza da despesa;
- 02 c- Natureza da despesa;
- 02 d Natureza da despesa por órgão e unidade;
- 06 Programa de Trabalho;
- 07 Programa de trabalho do governo;
- 08 Programa de trabalho do governo conforme vínculos;

09 – Demonstração das despesas por órgãos e funções;

11 – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 12°. Esta Lei entra em vigor em 1° de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TUTOIA, Estado do Maranhão, 87º Aniversário da Emancipação do Município, aos 01 dias do mês de outubro de 2025.

FRANCISCO CARDOSO RODRIGUES

Prefeito Municipal de Tutoia-MA